

POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO

Maria do Socorro da Silva Batista
UERN/PPGE
msbatista-@hotmail.com

Ana Helena da Silva
PPGE/UERN
helenatst@hotmail.com

João Nogueira Linhares Filho
PPGE/UERN
joaobiologia2013@gmail.com

RESUMO

O trabalho intitulado “Por uma educação ambiental contextualizada no semiárido”, traz como problemática central de sua abordagem a necessidade de que a educação ambiental deva ser pensada e praticada a partir dos contextos locais, considerando sua cultura, seus valores e crenças, a relação de trabalho que estabelecem com a natureza, etc. Assim tomamos como referência a região do semiárido brasileiro, desconstruindo a falsa ideia de “região problema” e discutindo os aspectos positivos do seu rico potencial identificando-a como uma região onde habitam milhares de pessoas com cor, raça, religião, histórias de vidas, ou seja, identidades culturais marcadas pela diversidade que podem e devem ser consideradas no processo formativo que se pretenda crítico e transformador da realidade. Assim, a partir de estudo bibliográfico, apontamos a importância da formação docente como elemento catalisador desse processo e seus reflexos imediatos no chão da escola, especialmente da escola do semiárido.

Palavras-chave: educação ambiental; semiárido; formação

INTRODUÇÃO

A crise ambiental intensificada a partir da segunda metade do século XX, bem como as demandas originárias dos movimentos ambientalistas, evidenciou para a humanidade a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas, especialmente relativas ao processo educacional. Foi nesse contexto que em 1999, o Brasil aprovou a sua Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por meio da lei 9.795/99.

A educação ambiental segundo Loureiro, Azaziel e Franca (2003) é “[..] uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. (p. 15)”. A conceituação de Loureiro,

Azaziel e Franca (2003), com a qual corroboramos com a devida clareza que se trata de uma perspectiva teórica situada em um grande espectro conceitual que caracteriza o debate acerca da educação ambiental, nos leva a refletir os contextos locais considerando que os problemas ambientais se expressam de modo diferenciado e que cada comunidade responde a estes problemas de acordo com sua cultura, experiência e possibilidades.

De certo modo a PNEA ao definir em seus princípios uma educação ambiental pautada na concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; e ainda numa abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, chama a atenção para essa perspectiva metodológica, ou seja uma educação ambiental contextualizada no semiárido. Deste modo, nesse trabalho buscamos contribuir com algumas reflexões que julgamos importantes para que no contexto do semiárido brasileiro possamos viabilizar práticas de educação ambiental conectadas com as características, sociais, culturais políticas e ambientais dessa região. Ou seja, uma educação ambiental contextualizada no semiárido. A partir de uma pesquisa bibliográfica discutimos características importantes dessa região, apontando alternativas teórico-metodológicas para sua viabilização enquanto prática social no contexto educacional formal e não formal.

Semiárido: do que falamos?

Segundo Thiesen, (2011, p.86)

Os atuais processos de globalização/regionalização, desterritorialização e mesmo de virtualização das relações humanas e sociais, estão produzindo novas geografias no e para o mundo, com implicações diretas nos ambientes sócio espaciais, sejam eles no âmbito da economia, da cultura, da educação, da política e de tantos outros campos da atividade humana.

Essa afirmação nos conduz as discussões em torno da necessidade e importância de uma educação contextualizada não apenas para o semiárido, mas para qualquer proposta educativa que se pretenda desenvolver, tendo como objetivo central a formação de pessoas com pensamento crítico para o exercício da cidadania. Para discutir a contribuição da educação ambiental contextualizada para convivência com o semiárido se faz necessário refletirmos sobre o que caracteriza o semiárido para em seguida apontamos elementos que devem compor essa educação ambiental que pretendemos seja contextualizada.

Tradicionalmente nos acomodamos a perceber o Semiárido a partir de suas condições climáticas. Ou seja, uma região com chuvas irregulares durante alguns meses do ano, temperaturas altas, vegetação caatinga, solo raso, composto por rochas cristalinas impermeáveis, o que dificulta absorção da água para o subsolo. Essa definição e caracterização do Semiárido esteve presente, majoritariamente, nos livros didáticos, durante um longo processo histórico, vindo a passar por alterações apenas recentemente. Tal definição sempre reforçou a elaboração de um discurso preconceituoso que apresenta a região como inviável e dependente de políticas e práticas assistencialistas.

No entanto, a partir de uma visão de totalidade, concebemos o semiárido a partir de uma perspectiva diferenciada, identificando-o como uma região onde habitam milhares de pessoas com cor, raça, religião, histórias de vidas, ou seja, identidades culturais marcadas pela diversidade. O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social (PESSOA, SOARES, SANTOS E SILVA, 2009, p. 02)

Do exposto pelos autores citados, concordamos que não se pode perceber o semiárido ou qualquer outra região, em um país tão diversificado como o Brasil, a partir de um único ângulo, mas como sendo também um lugar de possibilidades, heterogêneo e marcado também pelas suas potencialidades naturais.

Abrangendo a maior parte dos nove estados da região Nordeste, a região setentrional do Estado de Minas Gerais e o Norte de Espírito Santo, ficando com 1.133 municípios ocupando uma área total de 969.589 km aproximadamente, o Semiárido brasileiro representa uma diversidade ambiental, cultural, social e econômica extremamente rica sob todos os aspectos.

Dessa diversidade evidencia-se a importância de uma educação contextualizada conectada com essa riqueza, sem perder de vista as demandas da população, especialmente as demandas formativas.

A educação ambiental contextualizada no semiárido deve se diferenciar pelo sua natureza interdisciplinar tendo como objetivo a formação de cidadãos conscientes. Essa formação permite ao educando conhecer o mundo e se colocar diante dele, sendo convidado a construir conceitos importantes a sua formação enquanto um ser participativo do processo ensino-aprendizagem.

Ao falarmos de educação contextualizada estamos falando do ensino aproximando-se da cultura da região de quem aprende. É o ensino se revestindo da identidade de seu aluno. A educação contextualizada diz respeito a um conjunto de características que devem estar presentes na prática docente, no currículo e na escola como um todo. Inicialmente, é necessário ter clareza que para desenvolver uma prática educativa contextualizada o (a) professor (a) precisa conhecer os (a) estudantes, as suas experiências, entendimentos sobre o mundo e os elementos que o integram. Seja qual for a classe à qual pertençam ou o ambiente em que vivem, todos (as) chegam à escola trazendo um conjunto de informações que não pode ser desconsiderado na construção do processo de ensino/aprendizagem.

Entretanto, no Semiárido Brasileiro,

O currículo [...] que se apresenta desvinculado da vida dos sujeitos, ignorando os saberes aí produzidos; no cotidiano de homens e mulheres na produção da sua existência, a cultura, o modo ou modos de viver e conviver com as condições climáticas, os enfrentamentos desse fenômeno com o qual aprendem a conviver criando e/ou redescobrimdo formas alternativas de produção de vida (BUENO & SILVA, 2008, p. 74),

Pelo posicionamento assumido pelos autores, falta ao semiárido uma educação contextualizada para a convivência com o mesmo. Dessa forma, complementaríamos afirmando que: falta uma educação ambiental contextualizada que aborde os conteúdos a partir da própria vida, pautada em práticas pedagógicas articuladas com a realidade local dos educandos, na qual os conteúdos sejam reformulados e inseridos no currículo escolar. Para Malvezzi, (2007, p. 132): “a convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático”.

Nessa ótica, “a escola do Semiárido precisa debater as questões socioambientais para possibilitar aos educandos/as conhecer as causas e consequências dos seus atos ao ambiente

em que vivem compreendendo melhor as formas de convivência com essa região” (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 128). Nesse sentido as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental (DCNEA) sugerem que:

A complexidade e o desafio da abordagem socioambiental fez com que a Educação Ambiental desenvolvesse uma gramática própria que requer das pessoas (principalmente de todos os professores e educadores) a reformulação ética de sua linguagem e de suas atitudes para a abordagem crítica e contextualizada, histórica, política, científica, geográfica, econômica e cultural da questão ambiental ((BRASIL, 2012, p. 4).

Do exposto, consideramos que os direcionamentos sugeridos pelas DCNEAs exigem um repensar da universidade expondo a urgência de formação de uma cultura institucional de resistência, resgatando assim o seu papel social enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento. A sociedade não pode abdicar dessa tarefa, mesmo que a universidade pública venha sendo conduzida a uma situação de pressão na qual se inclui a busca por competências profissionais e pelo conhecimento de técnicas de pronta aplicação, tendo, como perspectiva, o alcance de novos postos de trabalho. Para assumir essa função histórica, urge uma revisão paradigmática acerca dos objetivos e conteúdos da formação de modo que possibilite novas metodologias de abordagem do conhecimento, orientando mudanças de percepção e de valores, apontando para a construção de saberes que tenham como premissa a autonomia do pensamento e uma visão de totalidade sobre a realidade.

Nesse sentido, compreendemos que a educação ambiental crítica insere-se no contexto da busca de alternativas para que a educação superior seja repensada de modo a possibilitar concepções e ações geradoras de uma mentalidade orientada pela busca da sustentabilidade socioambiental, contextualizada em todas as dimensões. Esse é o desafio fundamento que se impõe às IES situadas na região do semiárido brasileiro.

É a partir da formação docente que podemos idealizar escolas que incentivem uma visão de mundo humanista, contextualizada historicamente e baseada no reconhecimento e respeito das diferenças, e na cooperação, da democracia, justiça social, liberdade e sustentabilidade socioambiental. Nessa compreensão corroboramos com Loureiro (2016, p.75) quando afirma que:

A educação crítica e transformadora supera o conhecimento imediato, espontâneo, aparente, aquele imerso na cotidianidade, o senso comum e a compreensão sincrética da realidade. A busca de formação humana plena, onilateral, livre e universal implica na assimilação da cultura, da compreensão da totalidade e da essência que é intrínseca aos fenômenos.

É esta perspectiva educacional, capaz de no âmbito das Universidades formar educadores comprometidos com a educação ambiental. Mas não de uma educação ambiental genérica. Uma educação que considere os contextos locais, sua cultura, suas necessidades formativas, etc.

Somente essa formação que pode ser viabilizada no âmbito acadêmico será capaz de responder positivamente nos contextos escolares, espaços nos quais poderão se desenvolver práticas contextualizadas. Essa compreensão pedagógica, nos ensina que:

Qualquer aspecto do processo educativo exige a definição da função social da educação, particularmente da educação escolar. Isto é, os objetivos, valores e princípios de qualquer processo educativo responde – e corresponde - a um determinado projeto de formação humana, o que está fundamentado em um modelo de sociedade que se pretende garantir/reproduzir – ou superar/transformar (LOUREIRO, 2016, p.75).

Desse modo, torna-se necessário o rompimento com os modelos tradicionais de educação na perspectiva de superação do modelo disciplinar e em busca da interdisciplinaridade como alternativa didática capaz de contribuir para a solução de problemas socioambientais; desenvolver materiais pedagógicos estabelecendo cooperações locais, nacionais e internacionais, inclusão da educação ambiental no programa de formação de professores, considerando as especificidades dos meios urbano e rural (BRASIL 1997). No contexto escolar, é necessário o estabelecimento do que denominamos de ambientalização do currículo escolar a partir de uma perspectiva interdisciplinar e transversal, tendo como eixos articuladores dos conteúdos, o contexto local. A própria estrutura física da escola deve ser revista, considerando o clima, a arborização, a disposição das salas de aula e as condições de trabalho e estudo que envolvem estudantes e professores (as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construirmos uma educação ambiental contextualizada, seja no semiárido ou qualquer outra região específica de um país tão rico em sua diversificação ambiental, cultural e social, torna-se necessário rompermos com os paradigmas educacionais que não coadunam-se com o pensamento crítico considerando que ao nosso entendimento, somente este é capaz de responder positivamente às demandas educacionais apresentadas ao longo do nosso trabalho.

Essa difícil, porém possível tarefa começa pela formação docente. As Instituições de Ensino Superior precisam olhar em seu entorno. Devem considerar as características próprias da região em que atuam. Como vivem, o que pensam, em que acreditam, como, através do trabalho cada grupo social se relaciona com o meio ambiente e buscar construir uma interface entre o saber popular e o saber ambiental.

Sem esse direcionamento, estaremos condenados a desenvolver um processo educativo e especialmente uma educação ambiental inócua que não tem significado substancialmente positivo para a construção do conhecimento e para a vida das pessoas. Assim apontamos a educação ambiental crítica como àquela capaz de fornecer os conteúdos políticos, pedagógicos e ideológicos que possibilitem uma educação contextualizada para o semiárido brasileiro.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, 1997. (Série Estudos Educação Ambiental).

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (Orgs.). Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2003.

MALVEZZI, Roberto. Semiárido uma visão holística. 1º Ed. Brasília, 2007.

BUENO, Rovilson; SILVA, Adelaide P. da Educação para Convivência com o semiárido brasileiro. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier, JEZINE, Edneide; MOREIRA, Orlandil. (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2008.

SOUZA, K.F.S.S.; SANTOS, R.C.C. Questões Ambientais no Semiárido e Desenvolvimento Sustentável no Currículo Contextualizado. In: DUARTE, A.P.M.; CARNEIRO, V.M.O. (Org.). Contribuições para Construção de um Currículo Contextualizado para o Semiárido. Feira de Santana: MOC, Curviana, 2013.p. 121-46.



LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG**. Ed. Especial, julho/2016.